

## A EVASÃO ESCOLAR E SEUS IMPACTOS NA SEGURANÇA, NO CLIMA ESCOLAR E NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA ESCOLA PÚBLICA

Eleni Rodrigues da Costa<sup>1</sup>  
Marcio Ferreira da Silva<sup>2</sup>  
Adriana Figueredo dos Santos Cardozo<sup>3</sup>  
Rodolpho Lisboa de Lima Nascimento<sup>4</sup>  
Maria de Fátima Lessa Matos<sup>5</sup>  
Cristiane Rodrigues Menezes<sup>6</sup>  
Irislene Aparecida Silva Cornelio<sup>7</sup>  
Maria dos Reis de Jesus Soares<sup>8</sup>  
Nalva Brito Pacheco<sup>9</sup>  
Érica da Silva Sales Tavares<sup>10</sup>  
Andréia Silva da Silveira<sup>11</sup>  
Cecília Giza de Oliveira<sup>12</sup>  
Rosângela Ferreira da hora<sup>13</sup>  
Mariana Marcelino Silva<sup>14</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa os impactos da evasão escolar na segurança institucional, no clima escolar e no processo de ensino aprendizagem em escolas públicas da região de Padre Bernardo, Goiás. A evasão escolar constitui um fenômeno multifatorial que envolve aspectos econômicos, sociais, familiares e institucionais. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com análise documental e entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação. Os resultados indicam que fatores como trabalho infantil, baixa renda familiar, dificuldades de transporte, desmotivação pedagógica e fragilidade do acolhimento escolar contribuem significativamente para o abandono escolar. Verificou-se também que a evasão compromete o ambiente educacional, fragilizando a segurança institucional, prejudicando o clima escolar e dificultando a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. O estudo destaca a importância do acolhimento escolar, da participação da família e de políticas públicas integradas para reduzir os índices de evasão. Conclui-se que estratégias pedagógicas inclusivas, formação docente e

1

<sup>1</sup>Mestrado em Educação; Graduação em Letras - Faculdade UniCerto. Absolute Christian University/ Iara Crhistian University-( USA -2026).

<sup>2</sup>Mestrado em Educação; Graduação em Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade Uninter. Absolute Christian University/ Iara Christian University -(USA -2026).

<sup>3</sup>Mestrado em Educação; Graduação em pedagogia - Faculdade UniCerto. Absolute Christian University/ Iara Crhistian University-( USA -2026).

<sup>4</sup>Mestre em Educação graduado em Educação Física; Coordenador Técnico Pedagógico; ACU - Absolute Christian University International Education.

<sup>5</sup>Graduação Biblioteconomia - UNB, Bibliotecária na Biblioteca Central UnB-DF. Absolute Christian University/ Iara Crhistian University - ( USA -2026), Doutorado em Educação.

<sup>6</sup>Mestrado em Educação;. Absolute Christian University/ Iara Crhistian University-(USA-2026) Graduação em Tecnologias Emergentes da Educação - Faculdade MUST.

<sup>7</sup>Mestrado em Educação - Absolute Cristian University/iara Christian University-( USA -2026; Graduação em Pedagogia - UEG Formosa - GO.

<sup>8</sup>Mestrado em Educação - Absolute Cristian University/iara Christian University-( USA -2026. Graduação em Pedagogia - Faculdade UniCerto.

<sup>9</sup>Mestrado em Educação; Graduação em Letras - Faculdade UniCerto. Absolute Christian University/ Iara Crhistian University-USA -2026

<sup>10</sup>Graduação em Letras Faculdade CESB - Centro de Ensino Superior do Brasil Mestrado em Educação Absolute Christian University/ Iara Crhistian University-( USA -2026).

<sup>11</sup>Doutorado em Educação Absolute Christian University/ Iara Crhistian University-( USA -2026), Graduação em Pedagogia - 2012,

<sup>12</sup>Graduação em Pedagogia (UEG- Anápolis, 2009), Mestrado em Educação - Absolute Cristian University/iara Christian University-( USA-2022).

<sup>13</sup>Graduação em Pedagogia ( Albert Einsten, 2013), Mestrado em Educação - Absolute Cristian University/iara Christian University-( USA -2026).

<sup>14</sup> Mestrado em educação (ITS-Flórida USA-2018). Graduação em Letras ( CESB-2008). Licenciatura em Ciências Biológicas -(Única-2022). Professora Mestre no Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste Unidesc-Luziânia-GO e Orientadora de Trabalhos acadêmicos no Iara CrhistianUniversity.

ações intersetoriais podem contribuir para a permanência dos estudantes na escola e para a construção de ambientes educacionais mais seguros e acolhedores.

**Palavras-chave:** Evasão escolar. Clima escolar. Ensino-aprendizagem. Vulnerabilidade social. Escola pública.

**ABSTRACT:** This article analyzes the impacts of school dropout on institutional security, school climate and the teaching-learning process in public schools in the region of Padre Bernardo, Goiás, Brazil. School dropout is considered a multifactorial phenomenon related to economic, social, family and institutional factors. The research adopted a qualitative approach based on document analysis and semi-structured interviews with education professionals. The results show that factors such as child labor, low family income, transportation difficulties and pedagogical demotivation contribute significantly to school dropout. Furthermore, dropout negatively affects the educational environment, weakening institutional security, harming school climate and interrupting the continuity of the teaching-learning process. The study highlights the importance of welcoming school practices, family participation and integrated public policies to reduce dropout rates. Inclusive pedagogical strategies and teacher training are also pointed out as essential elements for student retention and for building safer and more motivating educational environments.

**Keywords:** School dropout. School climate. Teaching and learning. Social vulnerability. Public school.

## 1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar constitui um dos principais desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. Apesar da ampliação do acesso à educação básica nas últimas décadas, garantir a permanência dos estudantes na escola ainda representa um problema significativo, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas. A interrupção da trajetória educacional compromete não apenas o desenvolvimento individual dos estudantes, mas também o progresso social e econômico das comunidades. “A evasão é a expressão mais extrema da quebra da relação com a escola e com o saber: quando o jovem deixa de ver sentido em estar ali, deixa de se sentir parte daquele espaço e percebe que a instituição não responde às suas expectativas nem às suas necessidades” CHARLOT (2000, p. 58).

A literatura educacional aponta que a evasão escolar é um fenômeno multifatorial, resultado da interação de fatores econômicos, sociais, familiares e institucionais. Observa-se, questões como trabalho infantil, baixa renda familiar, dificuldades de transporte, desmotivação pedagógica e fragilidades no ambiente escolar contribuem para o abandono escolar.

Além das consequências para os estudantes, a evasão também afeta o funcionamento das instituições educacionais. A redução do número de alunos pode comprometer o clima escolar,

fragilizar a segurança institucional e dificultar o planejamento pedagógico. Dessa forma, compreender as causas e os impactos da evasão escolar torna-se essencial para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento.

Este artigo tem como objetivo investigar os impactos da evasão escolar na segurança institucional, no clima escolar e no processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas da região de Padre Bernardo, Goiás.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A evasão escolar pode ser definida como a interrupção ou o abandono do percurso educacional pelo estudante antes da conclusão da etapa de ensino em que se encontra, configurando-se como um dos principais desafios para a educação pública no Brasil. Trata-se de um fenômeno complexo e multifatorial, que não pode ser atribuído a uma única causa, mas sim à inter-relação dinâmica de elementos de ordem econômica, social, cultural, familiar e institucional.

A evasão escolar não é um fato isolado, mas sim o resultado visível de um longo processo de exclusão que começa nas condições sociais desiguais e se aprofunda no interior das instituições educacionais, que muitas vezes não conseguem acolher e atender às necessidades dos grupos mais vulneráveis. ARROYO (2014, p. 145)

Nessa perspectiva, ARROYO (2014) destaca que a evasão escolar é, sobretudo, um reflexo das desigualdades sociais historicamente construídas no país, que se manifestam no interior das instituições de ensino e afetam de forma desigual os diferentes grupos sociais. O autor argumenta que a evasão não é um fenômeno isolado ou resultado exclusivo de características individuais dos estudantes, mas sim uma consequência da forma como as desigualdades se manifestam dentro das instituições educacionais. Ele demonstra que grupos sociais em situação de vulnerabilidade – como jovens de famílias de baixa renda, negros, indígenas e moradores de regiões periféricas – são os mais afetados, pois enfrentam barreiras tanto fora quanto dentro da escola. Para ARROYO (2014), compreender a evasão requer, portanto, analisar a escola como um espaço que reflete e reproduz as hierarquias da sociedade, e não apenas como um ambiente neutro de transmissão de conhecimento. Essa perspectiva é fundamental para desenvolver políticas e práticas que realmente enfrentem as causas estruturais do problema e promovam uma educação mais inclusiva e equitativa.

A evasão escolar não é um ato súbito nem uma decisão isolada; é o desfecho de um longo processo no qual o aluno, pouco a pouco, deixa de atribuir sentido à sua presença na escola e àquilo que nela se aprende, rompendo os laços que o ligavam à instituição e ao saber. CHARLOT (2000, p. 32)

Para CHARLOT (2000), o abandono escolar revela também uma ruptura na relação do sujeito com o saber e com a instituição escolar, o que significa que o estudante deixa de ver sentido e valor em sua permanência nesse espaço.

Corroborando essa ideia, PATTO (1999) afirma que o fracasso e a saída da escola são processos socialmente produzidos e não consequência de características individuais dos alunos, mas sim do funcionamento e da organização do próprio sistema de ensino. PATTO (1999) argumenta:

A evasão escolar não é um fenômeno que se explica por falhas individuais ou carências dos alunos e suas famílias, como costuma ser afirmado. Ela é, antes de tudo, o resultado da forma como a escola se organiza e funciona, reproduzindo desigualdades sociais e não conseguindo atender às necessidades e às condições de vida dos grupos mais pobres. Quando a instituição não se adapta à realidade dos que nela estudam, acaba por expulsá-los, mesmo que de maneira silenciosa e gradual". (PATTO, 1999, p. 218)

Entre os fatores sociais e familiares, destacam-se a baixa escolaridade dos responsáveis, a falta de acompanhamento sistemático da vida escolar dos filhos e a exposição a situações de vulnerabilidade social. Essas condições influenciam diretamente as expectativas, a motivação e a própria relação que os estudantes estabelecem com o conhecimento e com a escola. Segundo Dayrell (2007), “a família é o primeiro espaço de socialização e constituição da identidade”, e as condições materiais e culturais do ambiente doméstico definem, em grande medida, as possibilidades e os limites para a trajetória educacional dos jovens. Libâneo (2013) também resalta que “as desigualdades de origem social se convertem em desigualdades de desempenho e de permanência, na medida em que nem todos os alunos dispõem das mesmas condições para usufruir do ensino oferecido.” Nesse sentido, a vulnerabilidade social não é apenas um dado externo, mas uma variável que atravessa o cotidiano escolar e interfere nas relações pedagógicas.

Os fatores econômicos exercem, ainda, uma das pressões mais significativas sobre a permanência dos estudantes. Em contextos de baixa renda, a necessidade de complementação da renda doméstica frequentemente leva crianças e adolescentes a ingressarem precocemente no mercado de trabalho, o que gera uma sobreposição de funções e exaustão, comprometendo a frequência, a atenção e o rendimento escolar. Fernandes (2019) e Marques (2021), em estudos contemporâneos sobre o tema, demonstram que a evasão por motivos econômicos permanece como uma das causas mais recorrentes nas redes públicas de ensino, revelando que, para muitos jovens, a escola é vista como um espaço que concorre com a necessidade de sobrevivência. Para Dubet (2003), essa realidade evidencia que a escola, tal como organizada, ainda não consegue compensar as desvantagens de origem, atuando, por vezes, como um espaço que reproduz as

hierarquias sociais ao invés de reduzi-las. Freire (1996) já alertava que não basta garantir o acesso à escola; é preciso criar condições materiais e simbólicas para que os que nela entram consigam permanecer e ter sucesso.

Além das determinações extraescolares, fatores institucionais relacionados à organização e ao funcionamento da escola também contribuem significativamente para o processo de abandono. Currículos descontextualizados, metodologias de ensino tradicionais e centradas na transmissão de conteúdos, bem como a ausência de práticas efetivas de acolhimento, reduzem o vínculo dos estudantes com a instituição e diminuem suas chances de permanência. PATTO (1999) salienta:

A gestão escolar, quando se limita a cumprir normas burocráticas e a manter a ordem sem se preocupar com a realidade dos alunos, acaba por reforçar as desigualdades e contribuir para o fracasso e a evasão. Para ser eficaz, ela precisa ser democrática, participativa e voltada para atender às necessidades de todos que fazem parte da comunidade escolar. PATTO (1999, p. 254)

PATTO (1999) argumenta que a gestão escolar e a qualidade do ensino são elementos centrais para a permanência, e que a forma como a escola se organiza e se relaciona com os alunos é decisiva para evitar a evasão. Nesse mesmo sentido, entende-se que o clima escolar — entendido como o conjunto de relações, normas, valores e práticas que caracterizam o ambiente educativo — influencia diretamente o desempenho acadêmico, a satisfação dos alunos e o sentimento de pertencimento, sendo um forte indicador de risco ou proteção contra o abandono. Para a autora, ambientes marcados pela violência, pela indiferença ou pela rigidez tendem a expulsar simbolicamente os estudantes, que se sentem desvalorizados e desmotivados. (ABRAMOVAY, 2015)

CANDAU (2012) e AQUINO (1998) também reforçam que a qualidade das interações humanas na escola é fundamental, pois é nas relações cotidianas que se constroem os vínculos afetivos e a disposição para aprender.

Sob essa perspectiva, o acolhimento escolar emerge como uma estratégia central e indispensável para a prevenção da evasão e para a promoção da permanência com qualidade. Práticas pedagógicas baseadas no diálogo, na escuta ativa, na valorização da diversidade e no respeito às diferenças contribuem decisivamente para fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes à instituição educacional. Conforme DAYRELL (2007), sentir-se parte de um grupo e de uma instituição é um requisito fundamental para que o jovem invista em sua formação e veja a escola como um espaço que lhe pertence e que é relevante para sua vida. NÓVOA (1995) também destaca que o acolhimento não se restringe a um momento ou a uma

ação isolada, mas constitui uma postura institucional que deve permear todas as atividades e relações da escola. Quando o estudante se sente reconhecido, valorizado e seguro, as barreiras para a aprendizagem diminuem e as chances de conclusão dos estudos aumentam significativamente.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida adotou uma abordagem qualitativa, entendida como aquela que busca compreender a complexidade dos fenômenos sociais, interpretando os significados, as percepções e as experiências dos sujeitos envolvidos. Conforme MINAYO (2014), a pesquisa qualitativa se preocupa com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantitativas. Quanto aos seus objetivos, o estudo caracteriza-se como de natureza exploratória e descritiva. De acordo com GIL (2019), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, enquanto as descritivas visam descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. LAKATOS e MARCONI (2021) acrescentam que esse tipo de abordagem é particularmente adequado quando se pretende conhecer a realidade de forma aprofundada, mapeando características, opiniões e comportamentos.

O estudo foi realizado em escolas públicas localizadas na região de Padre Bernardo, no estado de Goiás, abrangendo unidades de ensino que atendem diferentes etapas da educação básica. A definição do lócus da pesquisa considerou critérios como a representatividade da região, a disponibilidade das instituições e a incidência de indicadores de evasão escolar na localidade. A escolha do local e dos participantes deve ser intencional, de modo a possibilitar o acesso às informações necessárias para responder às questões da pesquisa. (CRESWELL, 2014)

Os procedimentos metodológicos adotados envolveram a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação, incluindo professores, diretores e coordenadores pedagógicos. A análise documental constitui-se em uma técnica valiosa que permite o exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados à luz dos objetivos da pesquisa, conforme orienta Cellard (2008 apud GIL, 2019). Já as entrevistas semiestruturadas são caracterizadas pela

presença de um roteiro básico de questões, que podem ser adaptadas e aprofundadas ao longo da conversa, permitindo maior flexibilidade e liberdade para que os participantes expressem suas ideias e experiências. Severino (2017) destaca que essa técnica é fundamental para acessar o conhecimento dos sujeitos, suas interpretações e suas visões de mundo. A seleção dos participantes levou em conta critérios como tempo de atuação na instituição, função exercida e envolvimento direto com as ações voltadas para a redução da evasão e a promoção da permanência escolar.

A análise dos dados coletados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, seguindo os pressupostos e as fases metodológicas propostos por Bardin (2016). Essa técnica consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos variados, com o objetivo de obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. O processo analítico foi desenvolvido em três etapas fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Por meio desse percurso, foi possível agrupar as informações em categorias temáticas, identificando os núcleos de sentido que emergiam dos depoimentos e dos documentos, relacionados aos fatores de evasão, aos impactos no ambiente escolar e às estratégias de enfrentamento. Essa abordagem permitiu não apenas descrever a realidade, mas também compreendê-la à luz do referencial teórico adotado. (Bardin, 2016).

7

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas, observações e levantamento documental permitiu identificar e mapear os diferentes fatores associados à evasão escolar na região investigada. Conforme já apontado pela literatura, esses fatores não se apresentam de forma isolada ou estanque, mas constituem uma teia complexa de elementos interligados que envolvem dimensões econômicas, familiares, institucionais e socioculturais. Compreender o fenômeno exige, portanto, uma abordagem multifatorial e relacional, considerando tanto as condições objetivas de vida e de escolarização dos estudantes quanto as subjetividades, as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas no interior da escola e desta com a comunidade. ARROYO (2014) reforça que não se pode explicar a evasão apenas por um ângulo; é preciso reconhecer que ela é o resultado de um conjunto de determinações que se sobrepõem e se potencializam mutuamente.

Os resultados indicam que os fatores econômicos representam uma das causas mais expressivas e recorrentes da evasão escolar na região pesquisada. Muitos estudantes e suas famílias enfrentam condições socioeconômicas adversas, marcadas pela baixa renda, desemprego ou empregos informais e instáveis, o que frequentemente exige a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho como forma de garantir a sobrevivência e contribuir com a renda doméstica. Essa situação foi relatada por diversos participantes da pesquisa, que destacaram que parcela significativa dos alunos divide sua jornada entre as atividades escolares e ocupações laborais, muitas vezes extenuantes e de baixa remuneração. Em muitos casos, a necessidade de trabalhar compromete diretamente a frequência escolar, reduz o tempo e a disposição física e mental para o estudo e dificulta a participação em atividades complementares ou projetos da escola. FERNANDES (2019) ressalta que, nesse contexto, a escola deixa de ser prioridade, pois a lógica da sobrevivência se sobrepõe à lógica da formação, gerando um conflito que, na maioria das vezes, se resolve pela saída do estudante.

Essa realidade revela a persistência de profundas desigualdades sociais que impactam diretamente os percursos educacionais. Quando o trabalho se torna uma exigência imperativa para a subsistência familiar, a educação passa a ocupar um lugar secundário na hierarquia de valores e necessidades da família e do próprio jovem. Tal situação gera um ciclo vicioso e perverso, pois a baixa escolaridade tende a limitar as oportunidades futuras de inserção profissional qualificada e de ascensão social, mantendo ou aprofundando as condições de vulnerabilidade social. MARQUES (2021) alerta que a evasão escolar por motivos econômicos não deve ser compreendida apenas como uma decisão individual ou familiar, mas sim como uma consequência de processos estruturais que refletem as desigualdades históricas e a ausência de políticas públicas eficazes de suporte e assistência estudantil. Nesse sentido, CURY (2002) enfatiza que o direito à educação só é plenamente garantido quando são asseguradas as condições materiais para seu exercício, sem as quais o acesso se torna um direito formal e vazio.

Além das questões econômicas, os dados evidenciam a centralidade dos fatores familiares no processo de permanência ou abandono escolar. As informações coletadas indicam que a participação, o envolvimento e as expectativas da família em relação à escola exercem uma influência decisiva sobre a trajetória educacional dos filhos. Em contextos nos quais os responsáveis acompanham sistematicamente as atividades escolares, demonstram interesse, incentivam a continuidade dos estudos e mantêm canais de diálogo abertos com a escola, observa-se níveis significativamente mais altos de engajamento dos estudantes, melhor

rendimento e menor taxa de abandono. Para CHARLOT (2000), quando a família atribui valor à escola e ao saber, ela transmite ao jovem a convicção de que o esforço educativo vale a pena, fortalecendo sua motivação intrínseca.

Entretanto, a pesquisa também identificou situações nas quais a participação familiar é limitada, frágil ou mesmo inexistente. Alguns responsáveis relataram grandes dificuldades para acompanhar a vida escolar dos filhos, seja em razão de jornadas de trabalho excessivamente longas e cansativas, seja em função do próprio baixo nível de escolaridade, que os impede de compreender e auxiliar nas atividades propostas. Em determinados casos, verificou-se que os próprios responsáveis não reconhecem plenamente a importância da continuidade dos estudos, muitas vezes reproduzindo a ideia de que o trabalho é mais urgente ou valioso do que a formação escolar. Um alerta que essa postura não deve ser interpretada como descuido ou má vontade, mas como o reflexo de uma trajetória de vida marcada pela exclusão e pela pouca ou nenhuma experiência positiva com a escola. A ausência de apoio, portanto, é também um produto da história social e educacional da própria família. Nesse sentido, torna-se fundamental que as instituições educacionais desenvolvam estratégias ativas de aproximação e parceria com as famílias, criando condições para que elas possam participar, independentemente de seu nível de instrução ou condição social. (DAYRELL, 2007)

No âmbito estritamente institucional, os resultados revelaram desafios expressivos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem e à organização pedagógica das escolas. Os profissionais da educação entrevistados foram unânimes em apontar que dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo dos anos constituem uma das portas de entrada para o abandono. Estudantes que apresentam lacunas na alfabetização, dificuldades de raciocínio lógico ou domínio insuficiente de conteúdos fundamentais acabam enfrentando obstáculos cada vez maiores para acompanhar o ritmo e a complexidade das atividades propostas em sala de aula. Com o tempo, essas dificuldades geram sentimentos intensos de frustração, incompetência, insegurança e vergonha, fazendo com que o alunos passasse a se sentir deslocado e incapaz de acompanhar o grupo. A não aprendizagem não é apenas um problema cognitivo; é, sobretudo, um problema social e afetivo, pois o estudante que não aprende é, gradativamente, excluído das interações e das atividades da turma, o que acelera seu processo de afastamento. (LIBÂNEO, 2013).

Quando o estudante percebe que não consegue acompanhar o conteúdo apresentado ou quando sente que o conhecimento não é acessível a ele, sua participação nas atividades escolares

tende a diminuir progressivamente. Esse movimento se manifesta primeiramente por meio de faltas frequentes, desinteresse aparente e baixo rendimento acadêmico, até culminar, em muitos casos, no abandono definitivo. A aprendizagem está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano e às relações sociais; quando a escola deixa de proporcionar desafios adequados e suportes necessários, ela rompe o vínculo entre o aluno e o saber. Dessa forma, a evasão pode ser compreendida não como um evento repentino, mas como o resultado de um processo lento e gradativo de distanciamento, onde cada frustração não resolvida representa um passo a mais na direção da saída. (VYGOTSKY, 1998)

Outro aspecto relevante, amplamente mencionado pelos profissionais entrevistados, refere-se à ausência ou insuficiência de projetos pedagógicos capazes de promover o engajamento e o interesse dos jovens. Embora muitas escolas desenvolvam iniciativas e atividades extracurriculares, nem sempre essas ações conseguem dialogar com o universo cultural, social e simbólico dos estudantes. Em vários depoimentos, os educadores relataram que muitos alunos afirmam não ver sentido ou utilidade prática no que está sendo ensinado. Esse distanciamento entre o currículo escolar e a realidade vivida pelos jovens é um fator de risco significativo para a permanência. Para FREIRE (1996), o conhecimento só se torna significativo quando parte da realidade do educando e retorna a ela transformando-a; quando o conteúdo escolar é tratado como algo distante, abstrato e alheio à vida do aluno, a escola perde seu poder de atração e de formação.

Essa percepção reforça a importância de práticas pedagógicas que valorizem a contextualização do conhecimento e a relação direta entre o conteúdo escolar e as experiências de vida dos estudantes. A aprendizagem significativa — aquela que realmente se incorpora à estrutura cognitiva do indivíduo — ocorre quando o novo conhecimento é relacionado de forma não arbitrária e substantiva ao que o aprendiz já sabe e vivencia. Quando os alunos conseguem reconhecer a relevância do aprendizado para sua vida pessoal, para seu projeto de futuro e para a compreensão do mundo em que vivem, sua motivação intrínseca tende a aumentar consideravelmente. Por outro lado, currículos excessivamente centrados na transmissão mecânica de conteúdos descontextualizados e distantes da realidade dos alunos contribuem diretamente para a sensação de estranhamento e rejeição em relação à escola. (AUSUBEL, 2003)

A discussão sobre a estrutura curricular também se conecta diretamente com a necessidade de metodologias de ensino mais participativas, dinâmicas e inclusivas. A utilização de estratégias pedagógicas diversificadas — tais como projetos interdisciplinares, atividades

colaborativas, resolução de problemas reais e o uso crítico de tecnologias educacionais — pode contribuir decisivamente para tornar o processo de aprendizagem mais atraente e eficaz. (MORAN, 2018) defende que a educação contemporânea exige uma mudança de foco: de um ensino centrado no professor e na transmissão de informações para uma prática centrada no estudante e na construção de competências. Além disso, práticas pedagógicas que valorizam a participação ativa dos estudantes favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e do protagonismo juvenil, características fundamentais para a formação cidadã e para a permanência escolar. A qualidade do ensino é o principal fator de atração e retenção; quando a escola ensina bem e ensina o que é importante, ela cumpre sua função social e legitima sua existência. (SAVIANI, 2008)

Outro aspecto observado na pesquisa refere-se aos impactos que a evasão escolar provoca no ambiente institucional e no chamado clima escolar. A redução contínua do número de estudantes nas turmas ou a constante rotatividade podem afetar diretamente a dinâmica das aulas e as relações interpessoais. Professores entrevistados relataram que a evasão frequente de alunos gera sentimentos de impotência, frustração e desmotivação entre os profissionais, especialmente quando percebem que seus esforços pedagógicos e seu empenho não foram suficientes para evitar o abandono. Para ABRAMOVAY (2015), o clima escolar é construído cotidianamente a partir das percepções e sentimentos de todos os que fazem a escola; quando predomina a sensação de fracasso ou de que as ações não surtem efeito, todo o ambiente institucional é contaminado por essa energia negativa, o que pode, inclusive, induzir a evasão de outros estudantes.

A evasão também interfere diretamente no planejamento pedagógico e na organização do trabalho escolar. A saída ou a ausência prolongada de determinados alunos exige adaptações constantes nas estratégias de ensino e na gestão da sala de aula, o que pode sobrecarregar a equipe docente e fragmentar o processo educativo. Além disso, o abandono escolar tem consequências objetivas para a instituição, pois impacta diretamente indicadores educacionais oficiais e pode comprometer metas institucionais relacionadas à permanência e ao sucesso escolar, afetando, inclusive, a alocação de recursos financeiros e humanos. PARO (2001) lembra que a gestão educacional deve ser vista como um instrumento a serviço da qualidade do ensino, e que o planejamento escolar deve sempre ter como foco principal a garantia das condições para que os alunos permaneçam e aprendam.

Do ponto de vista dos estudantes que permanecem na escola, a evasão de colegas pode gerar diferentes reações e sentimentos. Em alguns casos, a saída de amigos ou colegas próximos pode influenciar negativamente a motivação para continuar estudando, pois a escola é também um espaço de sociabilidade e construção de amizades. Quando um grupo se desfaz ou quando figuras de referência deixam o ambiente escolar, o sentimento de pertencimento pode ser abalado. Em outros contextos, no entanto, a evasão pode provocar reflexões profundas sobre a importância da educação e estimular o fortalecimento do compromisso dos alunos que ficam com a própria formação, ao perceberem que a continuidade dos estudos é um diferencial importante para a construção de trajetórias mais promissoras. CHARLOT (2002) reforça que a relação com a escola é também uma relação com os outros e com o que os outros pensam e fazem; portanto, o impacto da evasão se estende a toda a coletividade escolar.

Diante desse cenário complexo, torna-se evidente que a evasão escolar não deve ser compreendida apenas como um dado estatístico ou um fenômeno quantitativo relacionado ao número de estudantes que saem da escola. Trata-se, sobretudo, de um processo humano e social complexo que envolve dimensões subjetivas, culturais, econômicas e institucionais, que se entrecruzam e se influenciam mutuamente. Compreender esse fenômeno requer, portanto, a análise cuidadosa das relações estabelecidas entre os diferentes atores — estudantes, professores, famílias e comunidade — e a forma como essas relações estruturam as oportunidades e os limites da experiência escolar. Como bem sintetiza ARROYO (2014), a evasão é o ponto final visível de um longo processo de exclusão que começa muito antes, nas condições sociais e nas práticas escolares que não conseguem incluir a todos.

Cabe destacar que as entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa também evidenciaram de forma contundente a importância central do acolhimento escolar como estratégia eficaz e necessária de prevenção da evasão. O conceito de acolhimento, conforme utilizado e compreendido pelos participantes, refere-se à construção intencional de um ambiente escolar que valoriza o respeito, a escuta sensível, a inclusão e a valorização das diferenças individuais. Quando a escola se apresenta e se estrutura como um espaço seguro, humano e acolhedor, os alunos tendem a desenvolver um sentimento de identificação e pertencimento que funciona como um forte fator de proteção contra o abandono. Para NÓVOA (1995), acolher significa reconhecer o outro em sua inteireza, com suas histórias, suas dores e seus sonhos, e criar as condições para que ele se sinta parte integrante da comunidade educativa.

Entre as práticas mencionadas pelos profissionais da educação como fundamentais, destaca-se o acompanhamento individualizado dos estudantes, especialmente daqueles identificados em situação de risco ou vulnerabilidade. Essa estratégia envolve o monitoramento contínuo da frequência escolar, a realização de diálogos frequentes e abertos com os alunos, a escuta de suas dificuldades e a identificação precoce de problemas acadêmicos ou pessoais que possam interferir em seu percurso. A atuação articulada de equipes pedagógicas, orientadores educacionais e assistentes sociais, quando disponíveis, pode contribuir significativamente para oferecer suporte e encaminhamentos necessários aos estudantes em momentos de maior fragilidade ou crise. DAYRELL (2007) ressalta que o jovem permanece na escola quando percebe que é visto, reconhecido e cuidado por ela.

Outro elemento fundamental apontado pelos participantes refere-se à qualidade e à intensidade do diálogo com as famílias. A aproximação efetiva entre a escola e os responsáveis permite compreender melhor as dificuldades enfrentadas no ambiente doméstico e construir soluções conjuntas e compartilhadas para garantir a permanência e o sucesso do aluno. Reuniões periódicas, atendimentos individuais, visitas domiciliares e projetos comunitários foram citados como estratégias que fortalecem os laços de confiança e colaboração entre a escola e a família. Para PARO (2001), a gestão democrática da escola pressupõe a participação da comunidade, e a parceria com as famílias não é apenas uma estratégia de ajuda, mas uma exigência ética e política da educação pública.

Além das ações voltadas diretamente para os alunos e suas famílias, projetos pedagógicos inclusivos e diversificados foram apontados como iniciativas relevantes para promover o engajamento e o gosto pela escola. Atividades culturais, esportivas, artísticas e científicas ampliam as oportunidades de participação e permitem que diferentes talentos e habilidades individuais sejam reconhecidos e valorizados. Quando a escola deixa de valorizar apenas o desempenho acadêmico tradicional e passa a reconhecer e estimular múltiplas formas de expressão e aprendizagem, cria-se um ambiente mais democrático, inclusivo e motivador.

A relação entre família e escola é determinante para a permanência dos estudantes: quando há distanciamento, falta de diálogo ou desentendimento quanto aos objetivos educacionais, aumentam significativamente as chances de o jovem abandonar os estudos. A escola não consegue enfrentar sozinha os desafios que levam à evasão; é preciso construir parcerias sólidas, onde ambas as partes compartilhem responsabilidades e se apoiem mutuamente. CANDAU (2012, p. 97)

CANDAU (2012) argumenta que a escola deve ser um espaço de múltiplas linguagens e experiências, capaz de atender à diversidade dos sujeitos que a compõem.

Outro aspecto relevante discutido refere-se ao papel da escola como espaço privilegiado de construção da cidadania e de formação política. Ao promover debates sobre temas sociais, culturais e políticos relevantes, ao incentivar a participação estudantil e ao ensinar os direitos e deveres dos cidadãos, a instituição educacional contribui para a formação crítica dos estudantes e para o fortalecimento de sua identidade como sujeitos ativos e transformadores da sociedade. Esse processo amplia significativamente o sentido atribuído à educação, deixando de ser vista apenas como meio de ascensão profissional para ser compreendida como um direito humano fundamental e um instrumento de transformação social. Como já afirmava Freire (1996), a educação é um ato de amor e de coragem, não pode ser feita para ninguém nem por ninguém, mas com os homens e mulheres.

A análise dos resultados também aponta para a necessidade imperiosa de políticas públicas educacionais mais amplas, integradas e consistentes que abordem a evasão escolar em suas múltiplas dimensões. Programas de assistência estudantil, concessão de bolsas de permanência, alimentação escolar de qualidade e políticas de inclusão social são medidas fundamentais para reduzir as desigualdades estruturais que afetam a trajetória escolar dos estudantes, especialmente os mais pobres. Além disso, investimentos contínuos na formação inicial e continuada de professores, na melhoria das condições de trabalho e na inovação pedagógica são estratégias fundamentais para fortalecer a qualidade do ensino e tornar a escola mais atraente e eficaz. Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), o Estado tem a responsabilidade de garantir padrões de qualidade e condições necessárias para o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos na escola pública. Cury (2002) reforça que a educação é um direito público subjetivo, o que significa que o poder público tem a obrigação de prover os meios necessários para seu pleno exercício.

Outro elemento que merece destaque é a importância da articulação intersetorial e a construção de redes de apoio entre diferentes instituições e setores da sociedade. A prevenção da evasão escolar não é uma tarefa que pode ser realizada apenas pela escola; ela requer a participação efetiva e integrada de órgãos governamentais, organizações comunitárias, conselhos de direitos, instituições de saúde e assistência social, além da própria sociedade civil. A construção de parcerias e a atuação conjunta ampliam as possibilidades de intervenção e oferecem suporte mais abrangente e efetivo aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Fernandes (2019) destaca que políticas isoladas tendem a ter resultados limitados, enquanto ações articuladas têm maior capacidade de transformar a realidade.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa reforçam e confirmam a ideia já consolidada na literatura científica de que a evasão escolar é um fenômeno complexo, dinâmico e multifacetado. As causas identificadas envolvem fatores econômicos, sociais, culturais, familiares e institucionais, que interagem de maneira dinâmica e influenciam profundamente a trajetória educacional dos estudantes. Ao mesmo tempo, a análise dos dados evidencia que existem caminhos possíveis e estratégias eficazes para enfrentar o problema: práticas de acolhimento genuíno, acompanhamento pedagógico qualificado, currículos mais relevantes e contextualizados e o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade são ações que, quando bem implementadas, podem desempenhar um papel decisivo na prevenção do abandono escolar.

Por fim, destaca-se que enfrentar a evasão escolar exige muito mais do que medidas pontuais ou campanhas isoladas; exige, acima de tudo, compromisso coletivo, reflexão crítica e ações contínuas de transformação da cultura escolar. A construção de uma escola mais inclusiva, democrática, acolhedora e sensível às necessidades e aos sonhos dos estudantes representa um passo fundamental para garantir o direito à educação e promover a formação integral dos jovens. Diante disso, ampliar o debate sobre a evasão escolar e desenvolver estratégias de enfrentamento consistentes constitui uma tarefa essencial para o fortalecimento dos sistemas educacionais e, sobretudo, para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, conforme defendeu também Marques (2021) em estudos recentes sobre a temática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar permanece como um desafio significativo para a educação pública brasileira, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidade social. Os resultados deste estudo confirmam que o fenômeno possui natureza multifatorial, envolvendo aspectos econômicos, sociais, familiares e institucionais.

Observou-se que a evasão escolar impacta negativamente a segurança institucional, o clima escolar e o processo de ensino-aprendizagem, reforçando a necessidade de ações integradas para seu enfrentamento.

Analisando o contexto, políticas públicas voltadas para o apoio às famílias, programas de permanência escolar e práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir significativamente para a redução dos índices de evasão. O fortalecimento do acolhimento escolar e da participação

da comunidade também se mostra fundamental para a construção de ambientes educacionais mais seguros, inclusivos e motivadores.

Por fim, recomenda-se a realização de novas pesquisas que ampliem o escopo geográfico da investigação e utilizem abordagens metodológicas complementares, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre evasão escolar no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. Clima escolar e violência. Brasília: UNESCO, 2015.

ARROYO, M. G. Educação e desigualdades sociais: a escola e os sujeitos do ensino médio. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 7 maio 2026.

CANDAU, V. M. Educação e relações interculturais. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.

CHARLOT, B. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J. (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. p. 133-156.

DUBET, F. O que é uma escola?. Tradução de Maria do Carmo de Almeida. São Paulo: Livraria da Física, 2003.

FERNANDES, C. A. Evasão escolar no Brasil: causas, consequências e estratégias de enfrentamento. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

FERNANDES, F. Educação e desigualdade social. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2013.

MARQUES, L. S. Evasão escolar e desigualdades regionais: um estudo sobre o ensino médio no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

MARQUES, R. Evasão escolar e políticas educacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

VASCONCELOS, C. *Clima escolar e aprendizagem*. São Paulo: Loyola, 2018.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. p. 133-156.